

História e narrativas corporativas

Luís Filipe Guerra

“(…) se todos os arquivos contassem a mesma história, então a mentira passaria a ser História e tornar-se ia verdade. «Quem controla o passado (...) controla o futuro: quem controla o presente, controla o passado». E, todavia, o passado, embora alterável por natureza, nunca tinha sido alterado. O que quer que fosse verdade naquele momento era verdade desde sempre e para sempre. (...) Bastava uma sequência infundável de vitórias sobre a própria memória.” (Orwell, 2021, p. 34).

Acabei de vos ler uma seleção de uma passagem de um livro que considero obrigatório na formação de qualquer cidadão, sobretudo o que se interessa pela História: «1984», de George Orwell.

O problema que pretendo abordar é o das fragilidades gnosiológicas da História.

A passagem que vos li refere-se a uma dessas grandes fragilidades: a possibilidade de a História ser manipulada até se converter num *ramo do desconhecimento*, um mero instrumento de propaganda e formatação coletiva que ao invés de informar, desinforma.

Uma outra fragilidade é aludida por Adam Schaff no seu livro «História e Verdade» colocando ele a seguinte questão:

“Se, apesar dos métodos e das técnicas de investigação aperfeiçoadas, os historiadores não só julgam e interpretam as mesmas questões e os mesmos acontecimentos em termos diferentes, mas ainda selecionam e até mesmo percebem e apresentam diferentemente os factos, será possível

que esses historiadores façam simplesmente uma propaganda camuflada em lugar de praticar a ciência?” (Schaff, 1999, p. 56)

Estamos, pois, perante duas questões aviltantes para a História que são problemas reais, persistentes e inteiramente atuais que merecem ser confrontados – na sua causa estão os historiadores.

Por um lado, a contrafação intencional dos vestígios do passado, o abuso da interpretação que deles se faz em favor da construção de um artifício de realidade e, por outro, a adulteração que provém da inevitável contaminação ideológica, das convicções e crenças que, originalmente, enformam os pontos de partida e as perspetivas dos investigadores ou aquelas que são dominantes na sociedade e que criam pressões ou favorecem certos cursos narrativos.

A este propósito, recomendo a leitura dos vários prefácios que Vitorino Magalhães Godinho escreveu para «A Expansão Quatrocentista Portuguesa» (Godinho, 2018).

Existem áreas da disciplina histórica mais permeáveis a tendências, sobrecarregando-se de eufemismos e seletividade onde se evidenciam os heróis e as glórias, sendo imperioso que, ao fazer-se a História da Polícia não se caia nas mesmas tentações.

Infelizmente, existem sinais preocupantes.

As Polícias em Portugal entraram num corrupio competitivo pelo primeiro lugar no pódio da longevidade. Uma competição ridícula que tem resultado num péssimo serviço à verdade.

A genealogia organizacional é, neste caso, fundamentalmente, a procura de valor institucional, de prestígio e até de supremacia. Dir-se-ia que é resultado natural de um modelo político de segurança interna povoado por múltiplas organizações em franca competição pela hegemonia.

O que tem longevidade, tem consistência e o que tem consistência tem credibilidade – este é o raciocínio.

A criação de uma narrativa genealógica longa empresta às organizações esses ingredientes e permite que elas ascendam a um patamar institucional (Selznick, 1957; Scott, 1995).

Lamentavelmente, para que certas narrativas se veiculem é necessário fazer falsa história, fugir da contextualização, expurgar os factos de interesse de outros que lhes podem emprestar uma luz diferente, reconstruir uma

imagem a partir de retalhos cuidadosamente selecionados e depois repetir a narrativa, repetir até à exaustão.

Diz-se que esta era, aliás, a receita de Joseph Goebbels, o ministro da propaganda do III Reich: “Uma mentira repetida muitas vezes torna-se verdade!”

Certo? Certo e errado!

Não se conhece uma única fonte original que permita atribuir tal frase a Goebbels, no entanto, o sentido da frase é comprovado por isso mesmo.

Tanto se disse que a frase era de Goebbels que assim acreditamos todos que o era, comprovando-se que a frase encerra uma verdade, uma vez que todos acreditamos facilmente na sua falsa origem.

E é precisamente assim que o mecanismo funciona.

A negligência do investigador que não se documenta senão no que outros escreveram, que escolhe os discursos pela concordância que eles têm com os seus ideais, princípios e convicções pessoais, que não se confronta com a discussão que as possa abalar com medo de as perceber bastardas ou que se presta a investigar por frete, são pecados originais de um certo modo de narrar em função de crenças ou intenções terceiras.

Mas voltemos às narrativas genealógicas.

As mais fantásticas de entre estas são as das organizações que designamos forças de segurança e darei exemplos de ambas, para que não se pense que o defeito é apenas de uma.

No texto de apresentação de um curso em Direito e Segurança (2007/2009) da Faculdade de Direito da Universidade Nova, referia-se o seguinte:

“A Guarda Nacional Republicana foi criada por Decreto Real de 10 de dezembro de 1801 (...), sob a designação de Guarda Real de Polícia. Foi depois reformulada pelo Decreto de 3 de maio de 1911, adotando então a atual designação.”

No prefácio de uma recente publicação intitulada “Origens da Guarda Nacional Republicana” (AAVV, 2021), cuja leitura, aliás, recomendo, pode ler-se:

“(…) É com elevado regozijo que testemunho a densidade de conhecimentos, o rigor e a clarividência patenteada pelos autores e oradores que permitiram edificar esta obra honrando os 220 anos de origem da Guarda. (...).

Nesta senda, a Guarda Real da Polícia de Lisboa criada a 10 de dezembro de 1801 é considerada o primeiro corpo policial profissional em Portugal e, como tal, está na origem da GNR.

Assim, conscientes da importância da criação desta primeira Guarda o comando da GNR vem celebrando nesse dia desde o ano de 2018 o dia da fundação.”

Este esforço de estabelecimento de relação genética direta entre as várias Guardas, gera algumas perplexidades, até porque é profundamente problemática do ponto de vista político e organizacional.

Não é preciso ser muito atento para perceber que cada uma das três Guardas mais recentes surgem indexadas a ruturas políticas violentas que instituíram novos regimes.

Cada uma delas foi edificada sobre os despojos da anterior.

A Guarda Real de Polícia foi o corpo possível do regime absolutista tardio, inspirado no *Guêt Royal* de Paris, à altura, já extinto¹.

A sua existência foi efémera, 33 anos, parte substancial deles passados em guerra, momento no qual a dita guarda foi mantida como corpo combatente. De polícia teve pouco.

No ocaso do absolutismo a Guarda Real foi considerada irrecuperável para a Monarquia Constitucional.

Extinta a Guarda Real, criar-se-ia a Guarda Municipal, projeto originalmente civil inspirado na *Metropolitan Police of London* que não passou no crivo do Ministério da Guerra.

Numa das ordens de serviço da Guarda Municipal de Lisboa do ano de 1835 pode ler-se que as Guardas Municipais deviam distinguir-se inteiramente da Guarda Real de Polícia. Pretendia-se que atraíssem: “A bênção da Nação e tanta estima quanto horror atraiu a Guarda de Polícia”.

Não serão estes sinais importantes que revelam que, talvez a Guarda Municipal não originasse da Guarda Real?

Tal como a Guarda Real de Polícia era bastião do regime absolutista e a Guarda Municipal da Monarquia Constitucional, a GNR foi criada no período da República para sustentar o poder ainda frágil dos republicanos. Também ela nasce do desmantelamento da guarda anterior.

1 E não na *gendarmérie* como tantas vezes se lê.

Como são estes acontecimentos compatíveis com uma narrativa hereditária?

Julgo que podemos falar da história das Guardas, no sentido em que essas organizações têm características comuns entre si, mas estabelecer entre elas uma linha evolutiva geracional – uma progenitura – parece-me profundamente problemático.

Podemos falar de uma história política das organizações da segurança, do domínio do pensamento militar na ordem pública, mas isso não se pode confundir com uma pretensa relação hereditária das guardas ou das polícias umas nas outras, porque a contextualização dos processos de transformação político, social e organizacional não permitem uma leitura linear dos acontecimentos.

No dia 26 de outubro do corrente ano descerrou-se na cidade da Guarda uma placa toponímica inaugurando a Rua do Quadrilheiro. A placa foi descerrada por representantes da Polícia de Segurança Pública e as relações-públicas da organização aproveitaram a ocasião para emitir o seguinte texto nas redes sociais:

“Inserida nas comemorações do 138º aniversário do Comando Distrital da PSP da Guarda, esta inauguração presta homenagem ao primeiro corpo de polícia urbana em Portugal, mandado organizar no ano de 1383 pelo Rei D. Fernando I, que se constitui como mais remoto ascendente da Polícia de Segurança Pública” – escuso de explicar onde está o problema desta afirmação.

Durante muitos meses a PSP manteve no seu site um vídeo comemorativo dos 154 anos onde se refere a várias polícias e, de entre várias outras imprecisões, se identifica a Polícia de Segurança Pública com a data de 1867. Ora, esta designação só aparece autonomizada em 1927 depois do golpe militar que terminou a 1.ª República.

Devo dizer que o meu nome aparece no referido filme, mas aproveito a ocasião pública para declarar que não tenho qualquer responsabilidade em nenhuma das informações aí apresentadas.

Ora, afirmar que a GNR foi fundada em 1801 ou que PSP foi fundada em 1867, revela falta de rigor e é exemplo de como uma narrativa corporativa se constrói aproveitando a desconjunção de factos e acontecimentos para a recriação da realidade.

O que liga as atuais organizações a outras que lhes precederam não é uma verdadeira hereditariedade organizacional, mas sim uma certa forma de

pensar o poder, a administração, a força pública e a ordem. Trata-se de um conflito de visões sobre o que deve ser o exercício da autoridade e sobre quem se deve encarregar dele em cada um dos regimes políticos.

E não há dúvidas que se podem fazer agrupamentos e distinções desse tipo.

A esse propósito, propõe Cândido Gonçalves:

“(...) a primeira distinção entre a GM / GNR e a Polícia Civil é o facto de a Polícia ser um instrumento exclusivamente da autoridade Civil, enquanto as guardas eram forças militares tuteladas por dois ministérios. Outra questão que marca distintamente o papel da força militar policial da Polícia Civil é a ação política. As guardas desempenharam um papel político ativo, eram muitas vezes descritas como as guardas pretorianas do regime. Pelo contrário, o papel político desempenhado pela Polícia nunca foi muito significativo. É obvio que intervinha na defesa política do regime, no entanto, nunca se tornou verdadeiramente num ator político. Nunca foi desenhada para isso, nem teve força para se assumir como tal. Este facto foi importante na definição da Polícia, mormente nas funções que lhe estavam atribuídas (...)” (Gonçalves, 2007, p. 59).

A disciplina da História, não pode obedecer a propósitos. Ela, em si mesma, é propósito bastante.

Para utilizar uma expressão de Berger e Luckmann, não cabe à História um papel social de *construção da realidade* (Berger & Luckmann, 2010).

A História também não é mero instrumento de formação identitária.

Que soluções temos para estes males?

Poderia iniciar agora um discurso sobre ética, mas não o farei.

Todos nós, interessados na observação dos fenómenos sociais, temos de ter consciência de que as nossas paixões estão presentes em tudo o que fazemos: do objeto que escolhemos estudar, aos caminhos que utilizamos para o fazer e até às conclusões a que chegamos. Essa consciência é a primeira linha de defesa contra a subjetividade.

Mas mais se pode fazer quanto ao método de investigação.

Na sua obra *Figments of Reality*², Ian Stewart e Jack Cohen referem que a realidade e a observação que o investigador faz dela são coisas distintas.

2 Invenções da realidade.

A realidade existe, mas só é delimitável e observável através do conjunto de sombras que projeta e que se interrelacionam, permitindo a percepção de alguns aspetos da sua estrutura (Stewart & Cohen, 1997, p. 200).

A reconstrução de uma imagem do passado tem de admitir lacunas, afirmar incertezas, assumir o desconhecimento.

Nas suas reflexões sobre a *complexidade* Edgar Morin conceptualiza-a como “o tecido de acontecimentos, ações, interações e retroações, determinações, acasos, que constituem o nosso mundo fenomenal” (Morin, 2005, p. 21), advogando um novo modelo de pensamento que integre, na observação, tudo aquilo que se relaciona com o objeto observado.

Na sua ótica, no quadro do pensamento tradicional, o “conhecimento opera por seleção de dados significativos e rejeição de dados não significativos: separa (distingue ou desune) e une (associa e identifica); hierarquiza (o principal e o secundário) e centraliza (em função de um núcleo de noções mestras)” (Morin, 2005, p. 16), sendo que, cada um destes movimentos, contribui para o reducionismo, quantas vezes simplista que, na tentativa de confinar os fenómenos complexos a um aspeto ou manifestação, provoca a sua desintegração (Montuori, 2014, p. 5) e a perda de essência, mas não contribui, necessariamente, para o seu entendimento completo.

Na sua ótica a pluralidade de perspetivas e modelos de análise concorrentes é que consiste no *caminho* (o método) para conhecer a fenomenologia, progredindo em direção ao objeto de estudo através do relacionando sistemático de cada parte com o todo (Montuori, 2014, p. 3).

Esta visão implica, necessariamente, multidisciplinarietà, ou interdisciplinarietà, numa articulação do que Morin designa por *conhecimento pertinente* (Morin, 1999, pp. 13-16), o amplo conjunto de referências que é imprescindível integrar, para compreender unidades complexas e multidimensionais como os seres humanos, as sociedades e as relações entre ambos (idem, p.14).

A História³ é um processo de reconstrução do passado sustentado na recolha, sistematização e estudo dos vestígios suscetíveis de permitir uma interpretação, tão aproximada quanto possível, de uma realidade já ultrapassada e impossível de recuperar ou reviver.

3 Do grego ἱστορίαι (*Historíai*), testemunho.

A “boa” História retrata e interpreta os factos, as ações, os comportamentos, o pensamento e as mentalidades e, na sua mais perfeita forma, os sentimentos.

Não há “boa” História sem a contextualização dos factos que se observam e essa contextualização não pode ser seletiva.

Destinando-se a criar imagens apropriadas a ilustrar uma certa narrativa, o processo toma o nome de ficção e não de História.

A utilidade da História está na possibilidade que dá à humanidade de se conhecer e compreender a si própria, preparando-se para o futuro. Nesse sentido, a História é uma ciência do futuro e não do passado.

Não embarcaremos na discussão sobre o que tem a humanidade aprendido com a sua História e como tem utilizado a sua memória coletiva.

Embora tal discussão pudesse ser útil, nunca caberia numa intervenção tão modesta.

O conhecimento da História é essencial enquanto fonte de informação sobre a experiência coletiva, repositório de conhecimento, registo de todos os sucessos e insucessos, conquistas e perdas, avanços e recuos, erros e catástrofes da humanidade.

A História tem um compromisso com a verdade, com os factos, com o respeito pelo passado, livre de juízos de valor, mas fortemente vinculado a uma interpretação fidedigna dos seus vestígios, nunca os desagregando dos contextos de onde aqueles foram extraídos e valorando-os como contributo para a transparência.

Não se pode permitir que quem investiga e interpreta a História, aproveite a ignorância, o esquecimento ou alheamento coletivo para reinventar o passado, dando-lhe roupagens diferentes, valorizando apenas os factos interessantes a demonstrar uma versão conveniente, ignorando nesta construção outros que sejam comprometedores da sua invenção.

A História não é perigosa, nós é que somos.

Bibliografia

- AAVV. (2021). *Origens da Guarda Nacional Republicana*. Porto: Fronteira do Caos.
- Berger, P. L., & Luckmann, T. (2010). *A Construção Social da Realidade*. Lisboa: Dinalivro.

- Godinho, V. M. (2018). *A Expansão Quatrocentista Portuguesa*. Lisboa: D. Quixote.
- Gonçalves, C. G. (2007). *A construção de uma polícia urbana (Lisboa, 1890 – 1940): Institucionalização, organização e práticas*. Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Sociologia, ISCTE - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Departamento de Sociologia, Lisboa.
- Kuhn, T. (1991). *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva.
- Montuori, A. (2014). *Complex Thought: An Overview of Edgar Morin's Intellectual Journey*. Obtido em nov. de 2019, de Research Gate: <https://www.researchgate.net/publication/260603130>
- Morin, E. (1999). *Seven complex lessons in education for the future*. Paris: Unesco.
- Morin, E. (2005). *Introduction à la pensée complexe*. Paris: Éditions du Seuil.
- Orwell, G. (2021). 1984. Lisboa: D. Quixote.
- Schaff, A. (1999). *História e Verdade*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Scott, W. R. (1995). *Institutions and Organizations*. Thousand Oaks: SAGE Publications, Inc.
- Selznick, P. (1957). *Leadership in Administration. A Sociological Interpretation*. New York: Harper & Row.
- Stewart, I., & Cohen, J. (1997). *Figments of reality: the evolution of the curious mind*. Cambridge: Cambridge University Press.